



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, o Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter ordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Rocha, Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin, Ellen Costa, Flávia Piana, Jordana, Karla Maria, Kátia Pires, Lia Baron, Luciana Torres, Marcus Faustini, Paloma Goulart, Pedro Paulo Malta, Rosa Perdigão e Suzana Queiroz. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dez horas e os participantes são admitidos na sala virtual. Conforme acordado anteriormente, este encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no YouTube. A Secretária Executiva Roberta Canêjo inicia o encontro apresentando-se, cumprimentando os presentes e, já em resposta ao primeiro questionamento realizado no chat da ferramenta utilizada para o encontro, diz que a reunião está sendo gravada e transmitida através da página da Secretaria Municipal de Cultura - SMC no YouTube. Explica que serão dados quinze minutos de tolerância para o início das discussões para que, desta forma, haja tempo dos demais conselheiros ingressarem na reunião e para que seja realizada a contagem do quórum presente. Passados os quinze minutos acordados, Roberta Canêjo dá início às discussões previstas em pauta e, neste primeiro momento, solicitando a confirmação de presença da Conselheira Kátia Pires, Jordana, Assessora do mandato do Vereador Tarcísio Motta e Suzana Queiroz, representante da RioTur, tendo a confirmação da presença de todas. Roberta Canêjo confirma aos presentes que existe quórum para início dos debates, agradece a presença de todos na primeira reunião ordinária do ano de dois mil e vinte e dois, e passa a palavra ao Secretário de Cultura Marcus Fustini para que faça a fala inicial e, em seguida, passa a palavra à Vice-presidente deste Conselho Rosa Perdigão. O Secretário Marcus Faustini cumprimenta os presentes e aqueles que estão acompanhando a transmissão pelo canal da Secretaria. Explica que será mais um ano de trabalho em conjunto para a produção no avanço da retomada das políticas culturais na

cidade do Rio de Janeiro. A partir de sua avaliação, do primeiro ano de gestão, o Secretário diz que há uma combinação de emergência, passivos e, ainda sim, tentar construir caminhos estruturantes para a política pública de cultura na cidade, incorporando novos elementos, que este período de pós-pandemia e pós-desmanche proporcionaram. O Secretário segue sua fala dizendo que a Secretaria de Cultura está com uma disposição muito grande, após um curto período de descanso, realizado em forma de rodízio pela necessidade de continuar trabalhando nos processos de homologação do Fomento à Cultura Carioca - FOCA e outros editais que estão previstos. Diz que alguns planos foram adiados neste retorno em função da variante Ômicron, como exemplo a abertura de alguns equipamentos. Acrescenta que, logo no início do ano, foi gerada uma agenda para que os equipamentos culturais pudessem, de alguma forma, participar da campanha de vacinação. Marcus Faustini diz ter percebido uma investida do Governo Federal contra a vacinação infantil e na contramão disso, foi feita uma organização nas Lonas e Arenas para que, algumas delas, pudessem se tornar centros de testagem, entendendo a importância deste processo. Diz que, além da disponibilização de parte da Secretaria para apoio neste período emergencial da pandemia, outra parte ficou responsável pelo avanço das demais tarefas. O Secretário diz que ainda aguarda a abertura do orçamento, prevista para as próximas semanas para que seja possível dar andamento, com ainda mais fôlego, aos processos que precisam ser executados. Diz que estão sendo realizados diálogos, semanais, com a Secretaria Municipal de Fazenda - SMF sobre acordo de resultados, planejamento anual e aproveitando este momento para, além de atender as emergências, planejar a estrutura da Secretaria. Acrescenta que em um estudo realizado no final do ano, o Secretário relata que já é possível identificar sinais de mudanças devido às mudanças realizadas na Lei do ISS no início do ano, explicando que alguns números demonstram que foi possível garantir que os recursos chegassem às zonas norte e oeste da cidade, tendo a Área de Planejamento cinco - AP cinco um aumento, na Lei do ISS, de quinhentas vezes mais do que os anos anteriores, depois o Secretário se corrige, dizendo que acredita que tenha sido cinco vezes mais. Continua dizendo que houve um aumento que chega a quase dois milhões de reais em projetos que conseguiram captar recursos na Lei do ISS e um aumento de quatro para oito projetos contemplados. Dizendo que uma pequena mudança na lei de incentivo ligada ao pensamento de território produziu esta

diferença, com isto, a crença da Secretaria deve continuar investindo na perspectiva do território sendo a centralidade das mudanças estruturantes. O Secretário diz que encontra-se aberto para as discussões e acredita que a Conferência Municipal de Cultura será um ótimo caminho para tal, até porque, o principal candidato à Presidência da República está dizendo que fará Conferência de Cultura, Comitê de Cultura e a realização de um bom ano no Município, pode ser usado de inspiração para esta Conferência e Comitê que poderão vir a ocorrer. O Secretário concluiu sua fala dizendo que permanece aberto ao debate, ao pensamento das diferenças como uma maneira de buscar o consenso que seja bom para a cidade imediatamente, de forma aberta e buscando transparência e diz que gostaria de propor que, no próximo encontro do Conselho Municipal de Cultura - CMPC, a Secretaria já traga o desenho dos editais deste ano, do que está sendo pensando na Secretaria. Encerrada a participação, a Secretária Executiva relata ter tido um problema de conexão e solicita a confirmação da conclusão de fala por parte do Secretário. O Secretário diz ter finalizado sua fala, sugerindo que sejam dados os encaminhamentos, as discussões das pautas previstas e que gostaria, neste momento, de escutar as discussões e pede manifestação dos representantes da Secretaria, mencionando Flávia Piana, chefe de gabinete, Lia Baron, coordenadora de fomento. Relatando que há um desejo em melhorar a Coordenação de Fomento e transformá-la em uma Subsecretaria a partir do processo de recuperação da estrutura. E cita também o Igor Sebastian, representante dos territórios. O Conselheiro Adair Rocha questiona se há alguma informação que possa ser apresentada sobre o Plano Municipal de Cultura - PMC. Em resposta ao questionamento, o Secretário diz que o combinado ao final do ano legislativo, com a liderança do governo, era de que assim ocorresse a abertura dos trabalhos, prevista para a primeira quinzena de fevereiro, que os representantes da Secretaria pudessem ir lá para realização de encontros com o objetivo de afinar as informações do PMC. Completa dizendo que tem encontro previsto para amanhã, quinta-feira, com o grupo que assessora o Prefeito para falar sobre este assunto também. Tarcísio Motta toma a palavra dizendo que a Câmara retorna suas atividades no dia quinze de fevereiro, contemplando de forma mais precisa a fala do Secretário, e acrescentando que a partir desta data a Comissão de Cultura na Câmara estará aberta para que seja pensado, de forma conjunta, o cronograma de debates na Câmara para que seja possível chegar ao momento da votação. A Secretaria Executiva

diz que existem duas pautas previstas para discussões, são elas: informativo sobre o Plano Municipal de Cultura e uma proposição da Conselheira Carla Wendling, sobre as políticas, propostas, editais e agendas para o setor cultural em dois mil e vinte e dois. Sobre este segundo ponto de pauta, Roberta Canêjo completa dizendo que já houve uma fala do Secretário propondo a apresentação de um desenho melhor das propostas em um próximo encontro deste Conselho. Após sua fala, a Secretária Executiva passa a palavra à vice-presidente do Conselho. Rosa Perdigão saúda os presentes, pedindo desculpas por não estar disponibilizando sua imagem na ferramenta, justificando problemas de conexão. A vice-presidente deseja um ótimo ano aos presentes, dizendo ser muito bom ver e rever todos os presentes, em especial os Conselheiros da sociedade civil, entendendo as dificuldades em se fazer presente na reunião neste horário por conta de responsabilidades profissionais e diz que, antes do encontro se iniciar, estava preocupada em relação a existência de quórum para realização do encontro e tentou ao máximo mobilizar os demais conselheiros. Rosa Perdigão agradece também a presença dos representantes do poder público, da Comissão de Cultura da Câmara e demais dizendo que os trabalhos devem seguir. A vice-presidente inicia um breve relato sobre as discussões que vêm sendo realizadas no Grupo de Trabalho - GT da Conferência e Eleições. Explica que os encontros estão sendo realizados desde o final do ano passado e que tópicos como: data, forma de realizar, adaptações ao período pandêmico e outros vem sendo pontos de pautas nestes encontros. Rosa Perdigão diz que passará a palavra à Conselheira Ellen Costa para que seja apresentado um resumo destas discussões. A vice-presidente diz que já existe uma montagem de datas, que a intenção é que os eventos pudessem ser realizados em abril, mas que por conta das alterações no calendário de carnaval, as datas ainda podem ser modificadas. Rosa Perdigão diz que a Secretaria Executiva tem acesso ao documento e que, se necessário, pode ser efetuada a apresentação das informações para que fique mais visível. A Conselheira Carla Wendling diz que gostaria de realizar uma fala, antes que esta pauta de discussões seja iniciada. A vice-presidente concede então a palavra à Conselheira, acrescentando que a pauta principal para discussões, hoje, serão os relatos do GT da Conferência e Eleições, uma vez que já foi sugerido, pelo Secretário, um encaminhamento sobre o Plano Municipal e também sobre o pedido de informações acerca das políticas, propostas, editais e agendas para o setor cultural neste ano de dois mil e vinte e dois. Dito isto, a

vice-presidente diz que, antes de serem iniciadas as discussões sobre a Conferência e Eleições, podem ser apresentados estes informes. O Conselheiro Álvaro Maciel diz que prefere que os informes sejam realizados após as discussões das pautas. A Conselheira Carla Wendling diz que os informes costumam ser realizados antes das discussões. A vice-presidente e a conselheira Andréa Chiesorin concordam com a colocação da Conselheira Carla Wendling. Dito isto, a vice-presidente dá a voz à Conselheira Carla Wendling, que inicia sua fala saudando os presentes e dizendo que gostaria de comunicar e agradecer o empenho da Secretaria Municipal de Cultura. Carla Wendling relata que teve a oportunidade de “cercar” o Prefeito Eduardo Paes onde, na ocasião, ele teria se comprometido a marcar uma reunião para discutir sobre o Carnaval. A conselheira diz que, mesmo tendo se prontificado anteriormente, seu pedido não foi atendido. Continua dizendo que gostaria de agradecer a intervenção da Secretaria, na tentativa de atender a solicitação da Conselheira, mesmo que não tenha sido bem sucedida. Carla Wendling continua sua fala dizendo que os anseios do Carnaval, a maior festa popular desta cidade e do mundo, não são atendidos e reconhecidos por uma das pessoas que gosta tanto do carnaval. Com isto, foi marcada uma reunião, onde a conselheira teria pleiteado a presença do conselho, mas não teve retorno sobre seu pedido. Reunião esta que teria sido marcada a partir de um contato entre o Prefeito e uma determinada representante de associação. Neste encontro, o Prefeito teria dito que não atende blocos ou bandas, apenas associações. Com isto, a Conselheira considera que o Prefeito desconhece e ignora o verdadeiro Carnaval da cidade, sendo interessante também a falta de respeito, ocasionada pelo anúncio realizado pela assessoria do Prefeito que disse que, no encontro, estavam representados, aproximadamente, quatrocentos blocos e bandas. O que, segundo ela, não é verdade. Carla Wendling continua sua fala dizendo que o Prefeito teria dito que governaria para todos e que respeitaria a cultura, mas suas atitudes dizem o contrário. A Conselheira, durante sua fala, solicita auxílio dos presentes, questionando se algum dos presentes teria o contato da empresa AMBEV, empresa que, segundo ela, teria dado uma “dura” no Prefeito e que, com isto, teria sido atendida. Carla Wendling diz que com o intermédio da empresa citada, talvez o Prefeito atenda as demandas do CMPC. A Conselheira agradece o espaço de fala e encerra suas contribuições. A Secretária Executiva em concordância com o que havia sido proposto, passa a palavra à Conselheira Ellen Costa para que

sejam feitos os relatos do GT da Conferência e Eleições. Ellen Costa cumprimenta os presentes e se apresenta, diz fazer parte do grupo de trabalho que discute a organização da Conferência. Relata que vêm sendo realizadas reuniões sistemáticas para discussão da organização do evento e diz que na última reunião, realizada em dezessete de janeiro, foi elaborado um calendário de reuniões, de forma descentralizada, distribuídas pelas cinco áreas de planejamento. Ressaltando que como não havia, até o momento da confecção do documento, a informação sobre o adiamento do Carnaval, as atividades foram distribuídas da seguinte forma: Em fevereiro seriam realizadas de algumas publicações, alguns vídeos, disponibilização de cartilhas explicativas sobre o funcionamento do Conselho e do processo eleitoral. As reuniões territoriais e presenciais previstas para março, na semana do dia onze, se prolongando até o começo de abril, com o processo eleitoral começando no final de abril. Com isto, a posse do novo Conselho ficaria para maio, quando estava prevista a realização da Conferência. Ellen Costa diz não saber se falta algum processo, que no último encontro foi feito um trabalho sobre este cronograma de uma maneira mais pragmática para poder trazer um panorama do que o grupo de trabalho espera que seja realizado. A Conselheira questiona aos demais presentes que também fazem parte do GT se gostariam de acrescentar mais alguma informação. A Conselheira Carla Wendling diz que, enquanto Conselheiros, se comprometem a fazer um relatório das pautas, indicando os avanços e perdas que ocorreram durante este mandato. A Conselheira diz que é importante passar para aqueles que ocuparão as cadeiras, o que volte a ser discutido dentro do Conselho. Carla Wendling diz que permanecerá à disposição para ajudar nas discussões e que é extremamente importante se representado e poder representar. O Conselheiro Álvaro Maciel, que também participa do grupo de trabalho, diz que gostaria de apresentar suas considerações. O Conselheiro gostaria de ressaltar a importância das Pré-Conferências, previstas no calendário elaborado, pois, a partir delas, começam as inscrições para o processo eleitoral. Informa que estas Pré-Conferências serão territorializadas, tendo cada AP a previsão para um encontro, mas naquelas de maior extensão territorial, estão previstos dois encontros. O calendário prevê ainda algumas datas vagas para realização de novos encontros, quando for julgado necessário. O Conselheiro diz ainda que, uma vez instaurado um fórum da Pré-Conferência, estas pessoas se reunirão, formarão grupos e começarão a mobilização, a partir do território, para a Conferência. Completa

dizendo que este modelo está sendo defendido pelos Conselheiros pois é o modelo que deu certo na última conferência e último processo eleitoral, tendo neste grupo, vários representantes que fazem a diferença em seu território e que puderam se candidatar ao Conselho. Segundo o Conselheiro, isto deve levar a Secretaria a discussão de como manter estes fazedores de cultura, justificando sua sugestão pela saída de nove Conselheiros durante o mandato, parabenizando os que conseguiram se manter, mas também aqueles que precisaram sair por conta de suas lutas pessoais e territoriais. Álvaro Maciel diz que ainda precisa ser escolhido o tema da Conferência para que seja possível iniciar uma forte mobilização nos territórios. O Secretário Marcus Faustini questiona se, no documento apresentado, a sugestão é que as reuniões presenciais nos territórios sejam realizadas em duas oportunidades em cada área de planejamento, ao longo do mês de março. A vice-presidente e a Conselheira Ellen Costa confirmam o questionado pelo Secretário, dizendo que foi mantido o que se teve de experiência no último processo. O Secretário então realiza um segundo questionamento. Os dois encontros previstos para cada AP seriam realizados em locais diferentes dentro das áreas de planejamento, ou seja, em equipamentos, endereços ou bairros diferentes. Ellen Costa diz que sim e, mesmo sem a definição dos locais, está previsto que os encontros ocorram em bairros diferentes nas áreas de planejamento, atingindo o máximo de pessoas e locais possíveis. A Conselheira acrescenta que a ideia inicial é que seja elaborado um material, que poderão ser cartilhas, vídeos curtos nas redes sociais, vídeos para serem compartilhados no whatsapp e outros, a serem divulgados durante o mês de fevereiro, explicando o funcionamento e objetivos do Conselho, destrinchando o processo eleitoral e outras informações que são importantes se ter acesso antes dos encontros nos territórios. Ellen Costa diz que desta forma, as discussões nos encontros territoriais serão mais dinâmicas, podendo dar uma atenção maior ao processo burocrático. Carla Wendling pede a fala à Conselheira Ellen Costa para acrescentar algumas informações. Carla Wendling diz que, em paralelo ao período de divulgação, terá o chamamento para quem tiver interesse em se inscrever no processo eleitoral, bem como as datas deste processo. O Secretário Marcus Faustini questiona à Conselheira Carla Wendling quando ocorreria o chamamento. A Conselheira responde que o chamamento ocorreria em paralelo. Ellen Costa complementa a resposta de Carla Wendling, dizendo que havia sido estipulada uma data até o dia vinte de fevereiro. Rosa

Perdigão confirma que a data informada era o que havia sido estabelecido nas reuniões do grupo de trabalho. O Secretário questiona quando poderá ter acesso ao documento apresentado. A vice-presidente do Conselho diz que o documento foi finalizado no dia dezessete, quando aprovado por todos os membros do GT, ressaltando que há necessidade junto ao processo da Conferência e Eleições é necessário que haja tratativa em relação a aprovação da minuta do Plano Municipal de Cultura. Flávia Piana, em resposta ao questionamento do Secretário, diz que uma vez que o documento esteja em posse da Secretaria Executiva do Conselho basta repassar ao Secretário e acrescenta que além deste material ter sido aprovado pelo grupo de trabalho, é necessário que o calendário proposto seja aprovado na plenária do Conselho. O Secretário diz que gostaria de poder estudar esta proposta para poder debater a opinião da gestão, alegando que podem ocorrer conflitos de datas por conta dos editais que serão lançados e demais agendas que já estão previstas. O Secretário continua sua fala dizendo que o consenso é que a data limite para realização da Conferência seja em abril e, quanto a isto, a gestão está empenhada para que ocorra, porém, precisa ser levado em consideração o período de abertura do orçamento, os procedimentos jurídicos para contratação de uma produtora e outros fatores. Roberta Canêjo pede licença ao Secretário para explicar que havia sido definido no grupo de trabalho que a proposta fosse apresentada inicialmente para as discussões, mas que o documento não é uma versão final. Quanto à fala do processo administrativo para contratação da produtora, a Secretária Executiva diz que já encontra-se em andamento, conforme acordado no último encontro. Carla Wendling diz que é importante não esquecer de inserir neste processo o ponto da acessibilidade. Roberta Canêjo diz que estas observações já estavam sendo consideradas e que estas informações estarão previstas no Termo de Referência - TR. A fim de complementar a fala da Secretária Executiva, Lia Baron diz que já está aberto o processo para contratação da produtora e que está em andamento a elaboração do Termo de Referência. Lia Baron diz que é de extrema importância, para confecção do documento citado, que seja consolidada a lista de serviços necessários para contratação, ou seja, os serviços que os Conselheiros acreditam que devem ser fornecidos durante o processo da Conferência e Eleições, esta listagem ainda não foi definida pelo grupo de trabalho. Roberta Canêjo diz que a construção da Conferência está em discussão no grupo de trabalho e que os processos estão sendo construídos. Rosa Perdigão diz que os

encontros do grupo de trabalho da Conferência e Eleições não definirá nada, apenas levará as propostas que forem pensadas para discussão na plenária do Conselho para que, desta forma, todos os Conselheiros estejam cientes e possam participar do processo de construção deste evento. Sobre o apontamento da Conselheira Lia Baron, sobre os serviços a serem contratados, a vice-presidente diz que, no último encontro do grupo, já foi pensado e elaborado um arquivo resumindo quais são as necessidades e prioridades a serem contratadas junto à produtora. Ellen Costa concorda com a fala da vice-presidente e acrescenta que foi discutido sobre a possibilidade de existirem estações de apoio nos encontros territoriais, com disponibilização de computadores, internet e pessoas realizando atendimento, entendendo que existem pessoas que não têm acesso a estas ferramentas e que podem querer participar do processo eleitoral, que está previsto para ser realizado de forma online, dizendo que isto também é acessibilidade. A Conselheira Carla Wendling diz que há necessidade de compor as comissões eleitorais, apoiando a equipe que auxiliará o processo de inscrições. A Conselheira Ellen Costa diz que a Conselheira Paloma Goulart questiona, através do chat da ferramenta, se há algum prazo para análise e “aprovação” por parte da Secretaria. Lia Baron diz que será solicitado à Secretaria Executiva que seja realizado um compilado dos documentos já produzidos com a lista de serviço detalhada, garantindo que nenhum serviço seja esquecido e ainda que, eventualmente, seja feita alguma adaptação à realidade orçamentária. Em posse destes documentos, Lia Baron sugere a marcação de uma reunião, se possível com a presença do Secretário, para que seja feita a validação por parte da gestão e para que seja dado um retorno ao Conselho antes do próximo encontro. Roberta Canêjo diz que na próxima reunião do grupo de trabalho serão apresentadas algumas referências para definição da lista de serviços e, após esta definição, será providenciada a compilação dos documentos para validação da Secretaria. A Secretária Executiva passa a palavra à Conselheira Kátia Pires. Katia Pires inicia sua fala cumprimentando os presentes, dizendo que alguns pontos já foram abordados e que gostaria de reafirmar a fala sobre a itinerância prevista para as Pré-Conferências e a necessidade, pela extensão territorial, da AP cinco ter mais um encontro. A Conselheira lembra que Campo Grande é o bairro mais populoso do Brasil e diz que a experiência desta equipe de resistência, pela qual teria sido eleita, está sendo contemplada na proposta e que não demandem mais para aprovação do que está posto e gostaria de acrescentar que todo trabalho do grupo de

trabalho, que é quem se reporta à plenária, esteja imediatamente repassando as informações para que os demais Conselheiros possam corroborar com as discussões e evitar que as informações se percam com o tempo. A Conselheira diz que é importante ressaltar a fala do Conselheiro Álvaro Maciel sobre as lideranças que fazem e reafirmar que os territórios não tem algumas informações necessárias sobre os processos culturais e ressalta a importância de levar estas informações sobre participações em editais, inscrições, escritas de projetos e outras informações. Outro ponto importante, segundo a Conselheira, é sobre a pesquisa, dizendo sobre a importância da incorporação da Universidade do Estado da Zona Oeste - UEZO com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, pela PL cinco mil e setenta e um de dois mil e vinte e um, quando poderá ocorrer um marco histórico de reparação à AP cinco, acrescentando a importância do auxílio dos Conselheiros para que isto seja possível. Encerrada a fala da Conselheira Kátia Pires, a palavra é passada ao Conselheiro Álvaro Maciel. Álvaro Maciel diz que gostaria de fazer uma fala sobre a IV Conferência sobre o momento vivido, como dito pelo Secretário ao abrir a reunião, onde disse sobre o principal candidato à presidência da República, que vem declarando a vontade não só de resgatar o Ministério da Cultura mas também espalhar a Cultura em todo território nacional. Dito isto, o Conselheiro gostaria de parabenizar este momento e a luta de todos, ressaltando que é um momento emergencial devido a propagação do Ômicron e dizendo que todos foram atingidos, não só na Cultura, mas também na Saúde, Assistência Social, Educação e outras. Relata que na primeira quinzena de fevereiro será votado na Câmara a lei Paulo Gustavo, que tem a ver com a reunião e com o momento da Cidade. O Conselheiro diz que está sendo elaborada uma nova proposta de política cultural para a cidade do Rio de Janeiro, que o que está sendo feito não é apenas uma organização da Conferência mas a realização de um debate profundo da transformação, concepção do que se entende de Cultura na cidade. O Conselheiro continua sua fala dizendo que tem o prazer de ser amigo, aluno e de estar sempre discutindo algum assunto com o Conselheiro Adair Rocha e que, nesta semana, em uma de suas aulas, quando dito sobre os pontos que precisam ser olhados com atenção, ele disse que primeiro tem que ser olhado para a cultura, porque se não acertar na cultura as outras transformações demorarão muito mais para acontecer. O Conselheiro Álvaro Maciel diz que tem que ser feito um pacto para acertar esta mão, ter consciência da violência simbólica e histórica

que o Rio de Janeiro fez e cometeu com as áreas de planejamento três, quatro e cinco. Acrescenta que se pegarem os mapas de estatísticas e investimentos da Cultura é possível constatar que as regiões com maior população do Rio de Janeiro quase não tiveram ou não tiveram investimentos na Cultura. Álvaro Maciel completa que a responsabilidade do Conselho é grande porque as mudanças realizadas estão trazendo o conceito de territorialidade e ressalta que é necessário formar os novos Conselheiros e rever o que está ocorrendo para que alguns digam que estão sendo impedidos de participar das discussões, que não se pode perder o que já tem e que eles possam participar do programa de formação dos Conselheiros. Álvaro Maciel diz ainda que gostaria de começar as discussões sobre o tema da Conferência, que entende a importância de discutir a burocracia da Conferência, que sem ela não existirá o evento, mas que a pauta da territorialidade como princípio mãe desta Conferência, do Plano, do Fundo e dos elementos do Sistema, acredita que a Conferência tenha que tratar como direito numa cidade multicêntrica. Completa dizendo que o tema, para melhor representar o que será feito na plenária, tem que abordar este momento e coragem de estar lidando com esta transformação. O Conselheiro diz que, logicamente, não quer tirar nada de ninguém e que as outras áreas de planejamento se sintam parte da construção de uma cultura de direito, de uma política de Estado em que o norte será a melhor distribuição. O Conselheiro acrescenta que a Cultura pode ser o tema da multidentalidade, mas também pode ser Cultura como direito e vetor de desenvolvimento econômico, a Cultura como saída da crise. Roberta Canêjo agradece as colaborações do Conselheiro Álvaro, passando a palavra à Conselheira Andréa Chiesorin. Andréa Chiesorin diz que gostaria de cumprimentar os presentes, em especial o Secretário Marcus Faustini que, segundo ela, já teria dado boas notícias ao decorrer do encontro sobre a aprovação do plano. Diz que há um combinado em subir a escadaria da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ para poder fazer um corpo a corpo político com a liderança da Câmara dos Vereadores, apoiados pela Comissão Permanente de Cultura, com quem tem o compromisso de fazer os debates e audiências, minimamente, diz que o Conselho desejou fazer cinco audiências, sejam híbridas ou não, para poder trazer, o que desde de dois mil e nove, a sociedade civil vem discutindo este Plano Municipal de Cultura e será muito bacana nesse formato de redação que foi elaborado, pelos presentes e não presentes. A Conselheira diz que este é

o quinto ano, que com isto é possível saber quem participa efetivamente, que faz parte dos grupos de trabalho, que está presente nas reuniões presenciais e entende que o fazer, o colocar a “mão na massa” exige muita coisa. Andréa Chiesorin diz estar muito feliz em ver o retorno da Conselheira Kátia Pires, da infância, do adulto e do envelhecer, dizendo ser disto que o Conselho trata, dos encontros intergeracionais, da troca dos saberes e das oralidades. Se diz feliz também por ter participado, durante a semana, do brilhantismo do Professor Adair Rocha na UERJ. Mas gostaria de acrescentar que está curiosa para conhecer todo o conteúdo elaborado pelo grupo de trabalho, ressaltando que nenhum dos Conselheiros que não faz parte do grupo tenha tido acesso às informações. A Conselheira acrescenta que quer ter o acesso ao conteúdo, poder colaborar com as discussões, porque, segundo ela, não dá para vir à plenária e ouvir qual é a discussão política que será feita sem entender o todo que está sendo proposto. Diz ser importante também dizer que aqueles que viveram as Conferências sabem as diferenças entre a primeira, segunda e terceira Conferências na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a Conselheira, existe um acúmulo de experiências e é importante resgatar o que foi vivido nesta passagem. Andréa Chiesorin deseja que nesta Conferência haja possibilidade de convidar as representações com deficiência para participar desta Cultura por direito, da forma que for possível, dizendo que haverá uma construção em conjunto com a Secretaria para que seja possível abrir a chamada acessibilidade atitudinal, receptivo, começando a sensibilização para que a pessoa com deficiência possa fazer parte da construção das políticas culturais nas periferias e favelas da cidade do Rio de Janeiro. A Conselheira apresenta o dado sobre oitenta por cento das pessoas com deficiência, que estão no Rio de Janeiro, são pessoas negras, pobres e que estão em situação precarizada. A Conselheira completa que neste cinco anos de colegiado, foram construídas metodologias de trabalho, metodologias de aprofundamento das propostas e tarefas que a Secretaria dá a sociedade civil, dizendo que estão juntos para realizar a melhor Conferência, Pré-Conferências e aprovações que couberem nos recursos orçamentários mas lembrando que só de simbólico e de cidadão não se viverá de cultura, sendo necessário as esferas econômicas. Relata que o Conselho já teria alertado sobre a necessidade do Plano Municipal de Cultura estar atrelado ao Plano Diretor, as Leis de Diretrizes Orçamentárias a LOA e ao PPA e acrescenta que isto vem sendo discutido em todos os fóruns e que não existe a possibilidade do

alinhamento do Plano Municipal de Cultura com o orçamento. A Conselheira se diz muito feliz pois a Secretaria quer implantar, e não só implementar, e assegurar os recursos de orçamento. Encerrada a fala da Conselheira, a palavra foi dada ao Conselheiro Adair Rocha. Adair Rocha começa sua fala dizendo da importância do que se ter uma afinidade completa das discussões que estão sendo trabalhadas, seja da montagem da Conferência e todos os processos de encaminhamento, do novo Conselho e do Plano, onde as discussões com o Secretário, toda sua equipe e toda relação de Conselheiros apontam na direção da possibilidade de uma reconstrução do processo democrática, da retomada que ela pode trazer para a cidade do Rio de Janeiro e para o país. Dito isto, o Conselheiro diz que gostaria de fazer um adendo, completamente voltado para o clima da instrução geral da plenária, da discussão que foi trazida ao encontro pela Conselheira Kátia Pires, acrescentando que pretendia trazer a discussão para pauta hoje e dizer qual o papel das universidades, instituições e quais as possibilidades de se ter mais o conjunto da sociedade tendo acesso a todos os processos dos saberes e sabendo que a UERJ, certamente, é a expressão para o país e o mundo de como a política de cotas e como é a interação de ser, de fato, uma universidade com característica popular e, diante disso, a relação que está tendo a fusão entre UEZO e UERJ é fundamental o apoio institucional, logo, enquanto Conselho e Secretaria Municipal de Cultura, é importante que se tenha este apoio explícito. Adair Rocha segue sua fala dizendo que com esta interação direta, como foi dito pelo Conselheiro Álvaro em sua fala sobre multacentralidade da cidade, o que significa estar trabalho a partir da zona oeste e de onde a maior parte da população está concentrada e o que significa repensar a cidade a partir da favela e deste processo, tão impressionante, que é a existência das senzalas, ainda nos dias de hoje. Do ponto de vista político mais amplo, diz que ainda existe a divisão entre a casa grande e a senzala, uma vez que as políticas públicas são diferentes de outros, inclusive, em um dos espaços, nem existia políticas públicas. O que acontecia, em alguns casos, era a ampliação da assistência, como se esta fosse resolver, quando na verdade, ocorre o contrário, gerando o que acontece no Jacarezinho e outras favelas que é o projeto da cidade integrada, onde o que tem prioridade para ir para o território e a relação repressora da ocupação policial. Adair Rocha continua dizendo que esta mudança, certamente, está relacionada com o imaginário que está produzido e torna normal a existência da casa grande e senzala,

ainda hoje. Certamente, a Cultura e a comunicação auxiliarão nesta perspectiva e, diante disso, gostaria de colocar que a interação deste processo, que tem desde o início todo empenho da Reitoria da UERJ, é simbólica e fundamental, principalmente quando parte da Assembleia Legislativa que acabar com a UERJ. Diante disso, o que é vontade da UEZO e da UERJ, esta interação e apoio institucional é fundamental para que logo, na reabertura da Assembleia Legislativa, seja aprovado porque sabem como estes problemas são e quais são os interesses internos em manter longe da zona oeste a produção destes saberes. O Conselheiro diz que apoia por completo a solicitação da Conselheira Kátia Pires e diz que quer estar juntos nos próximos debates das diferentes comissões e lideranças que estão fazendo parte deste processo e que é fundamental ter o apoio do Vereador Tarcísio Motta, da Comissão de Cultura e das demais diferentes instituições para consolidar a fusão da UEZO e UERJ, proporcionando as condições de pesquisa e que os profissionais tenham as mesmas condições dos profissionais da UERJ e que, de fato, as universidades possam crescer. O Conselheiro encerra sua fala. Seguindo a ordem de inscrições, a palavra é passada à Conselheira Kátia Pires, que agradece o Conselheiro, ao Professor Adair e ao Secretário, demarcando tanto que comissão ampliada e da representação da sociedade civil, que já soma mais de sessenta instituições para o encaminhamento, e acredita que a contribuição é um marco histórico nacional ao quilombo, mais do que de direito conquistado por toda luta, a incorporação da UEZO com a UERJ significa uma reparação imediata. Considera a interseção do diálogo uma oportunidade ímpar de toda a luta da atual gestão em conquistar a Conferência, o Plano de Cultura e fechar o ciclo abrindo com a UERJ em uma gestão de mulheres negras, primando pela continuidade do trabalho delas, com as portas abertas a todos os territórios e, para a fala inicial do Secretário, é importante ressaltar dois pontos: o Plano de ter, em uma universidade, a cultura no ensino, na pesquisa e na extensão. Questiona o que mais poderia querer uma Secretária e um Conselho de um município onde isto está instaurado, constituído e conquistado, abrindo um ano novo com esta perspectiva de luta, trabalho e de efetiva realização com êxito e o segundo ponto, sobre o orçamento, onde queria dizer que acompanha o trabalho do Professor Elias Sampaio, na universidade Federal da Bahia, e gostaria que os companheiros do Conselho pudessem dar uma atenção ao que o Professor fala sobre a economia não mudar, não encaminhar com entendimento do racismo, nada muda. A Conselheira Kátia Pires

encerra suas contribuições. A Secretária Executiva diz que fará a leitura de alguns encaminhamentos para verificar se todos os Conselheiros estão de acordo e, após esta definição, a palavra será aberta aos convidados da sociedade civil. Sobre o Plano Municipal de Cultura, foi informado que a Secretaria aguarda o retorno da Câmara no dia quinze de fevereiro para retomada dessa discussão. Quanto às propostas de editais da Secretaria, o Secretário se compromete a trazer uma apresentação, já no próximo encontro, sobre o que se tem previsto até o momento. No que diz respeito às produções do GT da Conferência e Eleições, como sugerido pela Conselheira Lia Baron, será realizado um compilado das produções do grupo de trabalho e este compilado será levado para discussão junto ao Secretário, identificando possíveis conflitos de datas e demais informações para, posteriormente, ser passada qualquer definição à plenária do Conselho. O Conselheiro Álvaro Maciel diz ter sugerido em sua fala um encaminhamento sobre a definição do tema de Conferência, apresentando o tema utilizado na última Conferência: “Por uma política de estado para a Cultura do Rio de Janeiro” e completa que, com a aprovação da Lei do Sistema, esta política de estado foi atingida e gostaria de sugerir o seguinte que as discussões sejam realizadas em torno do tema de Cultura como direito, podendo acrescentar o ponto da multidentalidade da cidade. A Secretária Executiva dá a palavra à Conselheira Ellen Costa, em solicitação realizada pela Conselheira e, em seguida, diz que a palavra será da convidada Patrícia Cavalcanti. Ellen Costa começa sua fala dizendo que é importante definir todos os processos para realização do processo eleitoral que está por vir, porém, diz ter algo que está sentindo falta desde um primeiro instante no Conselho, relatando que parece haver uma insistência do poder público em colocar o Conselho numa posição a parte de tudo que se passa, alegando que a Secretaria segue executando suas propostas, fazendo suas proposições sem compartilhar, seja lá qual for, a proposta a ser executada. Ellen Costa diz que existiram diversas situações, entre editais e outras proposições, diz que não está fazendo “queixa” ou reclamações aleatórios, porém, identificou que na última semana foi lançado, pela Secretaria, um mapeamento da cultura do break e hip hop, que possui dentro do Conselho uma cadeira que representa, não só este, mas movimentos de cultura urbana da cidade e o lançamento foi realizado sem nenhum tipo de conversa ou aviso prévio sobre tal. A Conselheira diz que não está exigindo da Secretaria que todas as movimentações sejam previamente comunicadas ao Conselho, mas em sua posição

considera importante a Secretaria dialogar com quem atua, diariamente, no setor, no segmento, para que haja uma troca pois, segundo ela, se cria um grande problema institucional quando a sociedade civil se reporta à ela, como Conselheira, questionando do que se trata o mapeamento e, pela falta deste contato prévio, ela não tem o que apresentar como resposta. A Conselheira diz que não quer ficar realizando reclamações o tempo todo, mas que existem situações que precisam ser expostas e considera desrespeitoso o fato da Secretaria propor políticas para o movimento, mapeamento e uma série de propostas e ela, como Conselheira, não ter o que dizer para quem está lutando e trocando diariamente com ela. Ellen Costa justifica o motivo de ter pedido à fala mesmo após a definição dos encaminhamentos e diz que existem momentos em que não importa o quanto que haja militância e dedicação pelo Conselho se a Secretaria ignora as representações que possui dentro deste. A Conselheira encerra sua fala e a Secretaria Executiva passa a palavra à Conselheira Carla Wendling, que pediu para complementar o tema abordado por Ellen Costa. A Secretaria Executiva salienta que existem as inscrições dos convidados da sociedade civil para fala. Carla Wendling diz que o descaso, a negligência ao Conselho é uma prática comum desta gestão. Diz que em alguns casos os representantes tomam ciência de informações por meio das divulgações da imprensa, mesmo de temas mais básicos e outros mais complexos. A Conselheira diz que este tratamento pode ser melhorado não só para com os representantes do Conselho, mas para os demais representantes da sociedade civil. Carla Wendling completa sua fala dizendo que gostaria de convocar o Conselho para ir até a Prefeitura e pleitear, junto ao Prefeito, a reunião que teria prometido à Conselheira e, até o presente momento, não teria sido cumprida. A Secretária Executiva agradece a fala da Conselheira Carla Wendling e passa a palavra à convidada da sociedade civil Patrícia Carvalho, estabelecendo que os convidados terão de três a cinco minutos para realização das falas. Patrícia Carvalho cumprimenta os presentes e diz que, primeiramente, gostaria de aplaudir às falas da Conselheira Ellen Costa e que gostaria de tirar algumas dúvidas e solicitações. Primeiro a convidada solicita que haja uma divulgação maior quanto a realização das reuniões deste Conselho, porque constatou que, em determinado momento do encontro, foi mencionado a questão da ausência de quórum para realização do encontro e já teria informado, em outras oportunidades, que gostaria de participar mais efetivamente dos encontros e que possui disponibilidade para tal, mas que não o

faz por não ter acesso ao link e questiona como pode ter ou o como deve formalizar este pedido e gostaria de fazer um pacto com os Conselheiros presentes para que eles possam ser multiplicadores destas informações através dos grupos existentes de whatsapp. Patrícia Carvalho questiona também qual será o canal onde estarão localizados os vídeos de esclarecimentos, mencionados durante a discussão dos processos da Conferência e do processo eleitoral, tendo em vista a importância da multiplicação desta informação e uma outra questão é sobre uma publicação no Jornal Amarelinho, feita por um grupo que pertence ao fórum da zona oeste, que a convidada diz que gostaria de realizar a leitura durante o encontro, onde consta: "... foi criada uma comissão eleitoral, que se diz ter a finalidade de habilitar os membros do fórum de cultura da zona oeste e eleger uma coordenação. Ser habilitado como membro é uma condição necessária para votar e ser votado, bem como para participar de todas as suas instâncias. Ser habilitado como membro do fórum, é também condição necessária para indicar e ser indicado da sociedade civil como representante nas Conferências municipais de cultura e ao Conselho Municipal de Política Cultural...". Dito isto, a convidada diz que isto foi colocado como um procedimento oficial, estando publicado em jornais, grupos, diversas páginas e em várias instituições, orientado que a informação seja replicada e dizendo que há necessidade de se habilitar com estas pessoas para que possa participar do fórum de cultura e do Conselho. A convidada diz desconhecer tal necessidade, estando, inclusive, tratando de outros assuntos com o Presidente da Comissão de Cultura, o vereador Reimont, que disse desconhecer este processo. Em conversa com o vereador, sobre uma proposta de construção na tentativa de se reorganizar no território mas que acabou sendo desvirtuada, pois o que foi publicado não reflete a proposta original de organização interna que estava sendo pensada, ela não reflete a vontade do território, pois trata-se de um pequeno grupo que resolveu efetuar tal publicação. E continua dizendo que quando vê a informação em diversos meios de divulgação, propagando a informação equivocada, a convidada se diz preocupada e continua dizendo que há uma outra publicação, esta da Conselheira Kátia Pires, que diz: "... mais do que isso, segundo a Lei do Sistema Municipal de Políticas Culturais, só pode participar das Pré-Conferências e do Conselho Municipal de Política Cultural, quem pertencer ao fórum.". Patrícia Carvalho diz que esta sucessão de informações equivocadas, que não refletem a verdade e que estão gerando

questionamento sobre quem é o grupo em questão, se há necessidade de habilitação com eles, envio de documentos, se trata-se de uma habilitação oficial, entre outras informações. Patrícia Carvalho diz que o que foi publicado foge, completamente, da proposta que estava em debate inicialmente e que teria participado desde o início dessas discussões, que em nenhum momento foi pensado em ter uma habilitação conectada a participação no Conselho, pois não há previsão legal para tal e que gostaria de esclarecimentos sobre o exposto. A convidada diz já ter obtido esclarecimentos junto ao Vereador Reimont, mas que gostaria de um posicionamento do Conselho ou da Secretaria sobre os fatos apresentados, tendo em vista a disseminação desta informação equivocada por todo o território. Ao término da fala da convidada, Patrícia Garcia, também convidada para esta reunião do Conselho, pede a palavra para debate do tema exposto. A Secretária Executiva diz que o pedido de inscrição de Patrícia Garcia foi anotado, mas seguindo a ordem de inscrições a palavra agora seria da convidada Isabel Gomide. Isabel Gomide saúda os presentes, dizendo que é um prazer estar novamente na reunião do Conselho e que gostaria que ainda tenham representantes da SMC no encontro, continua dizendo que corrobora com a fala da Conselheira Ellen Costa e diz que a Conselheira só está representando a cadeira em questão porque a sociedade civil lutou muito para que isto acontecesse, que houve uma grande mobilização da sociedade civil em colocar representantes que, em alguns casos, sequer sabiam da existência do Conselho, sendo a Conselheira Ellen Costa representante desta luta da sociedade civil. Isabel Gomide diz ter sido Conselheira na gestão anterior e que gostaria de falar que a sociedade civil, que colocou os representantes neste Conselho, gostaria de participar mais dos encontros e que isto só vem sendo possível porque alguns Conselheiros compartilham o link das reuniões, às vezes no mesmo dia do encontro, para tornar isto possível. A convidada acrescenta que não havendo um empenho da Secretaria em divulgar o Conselho, as reuniões do Conselho, todas as instâncias que a sociedade civil possa participar, isto não irá para frente, permanecerá igual, com poucas pessoas participando, como sempre ocorreu. Outro assunto que a convidada gostaria de citar, é que faz parte do fórum técnico do Rio de Janeiro, que representa os técnicos de arte da cidade do Rio de Janeiro. Técnicos estes que estão passando necessidade, que passaram maior parte da pandemia sem trabalho e ainda estão sem trabalho. Diz que o fórum já enviou diversas cartas ao Secretário, que tiveram uma reunião com ele, mas diz que as

falas realizadas por ele não teriam sido cumpridas e que as cartas enviadas não foram respondidas. Isabel Gomide relata ter ouvido, do próprio Secretário, que começou sua carreira como técnico, que gosta muito desta categoria mas que, ao mesmo tempo, ele criou um Edital para jovens aprendizes no meio técnico sem se comunicar com o fórum que é constituído por técnicos. Continua dizendo que o referido edital não prevê a necessidade do jovem estar frequentando a escola, o que, segundo ela, é equiparável a política do governo Bolsonaro. O mínimo que se espera de um programa de jovem aprendiz, é que o mesmo esteja na escola. Isabel Gomide diz ter outros assuntos para debate, mas que, por hora, esta é a sua contribuição para este encontro. Roberta Canêjo agradece as contribuições da convidada e passa a palavra à Patrícia Simone. Patrícia Garcia cumprimenta os presentes, se apresenta como professora de literatura, advogada, moradora de Campo Grande, escritora e poeta. Diz que, por conta de sua atuação pessoal e profissional, integra o fórum de cultura da zona oeste. Continua dizendo que o fórum de cultura tem previsão legal na lei seis mil setecentos e oito, porém, a lei não diz de que forma estes fóruns irão se organizar e, pelo princípio da juridicidade, o fórum como uma organização da sociedade civil pode se organizar de forma livre. Desta forma, ao se integrar ao fórum, a partir da publicação da lei, colaborou com a organização com um regimento interno, documento que, segundo ela, Patrícia Carvalho também teria participado. Segue sua fala dizendo que o fórum se organiza como uma organização da sociedade civil, que é livre e que o regimento foi organizado por todas as pessoas que integram o fórum. Com a confecção do regimento, a partir das necessidades que seus integrantes, enquanto cidadãos, entendem que a cultura deve expressar as demandas política culturais da zona oeste, com isto, o desejo é que a sociedade civil possa estar organizada de modo a poder dialogar com o Conselho e devido a necessidade de ter esta organização, é que os integrantes do fórum pensou em organizar uma coordenação. Patrícia Garcia diz que o fórum da zona oeste é grande e aberto para qualquer pessoa que queira participar das discussões de políticas públicas, porém, para que as deliberações do fórum possam ser apresentadas ao Conselho ou outras instâncias, é necessário definir uma representação. Continua sua fala dizendo que pelo princípio da juridicidade a organização é legítima, constitucional e foi deliberada pelos presentes que participam das reuniões. Diz também que a democracia pressupõe que, de forma organizada, ao deliberar o regimento se atenda ao regimento e por isso

não cabe a interferência do Poder Legislativo na forma que as organizações da sociedade civil se organizam, pelo princípio da separação dos poderes. Diz que o fórum pode e tem feito esta organização e que o fórum quer um diálogo democrático baseado no respeito e nas necessidades da zona oeste, sendo este o objetivo do fórum. Patrícia Garcia diz que o fórum está caminhando para a primeira consulta entre os integrantes, pois não há eleição, e pedem para aqueles que querem votar e ser votados se habilitem, pois é um desejo do fórum que as pessoas que se candidatem ao Conselho Municipal de Política Cultural residam na região, trabalhem na região e realmente tenham identidade com a demanda cultural do território. Patrícia Garcia completa dizendo que é membro da Comissão de Cultura da OAB e todo regimento obedece os princípios constitucionais, legais e em atendimento à lei do Sistema Municipal de Cultura. Finalizada a fala da convidada, a Secretária Executiva explica que, em determinado momento do encontro, o Secretário precisou se ausentar realizando contato prévio, mas, ainda assim, existem outros representantes da Secretaria na reunião. Flávia Piana questiona se há inscrições, pois gostaria de realizar alguns esclarecimentos sobre o que foi exposto pelas convidadas da sociedade civil. Sobre o programa do jovem aprendiz, Flávia Piana diz que o objetivo da Secretaria foi atender o jovem que terminou o ensino fundamental, porém, não concluiu o ensino médio, estando este impossibilitado de conseguir um emprego formal e em situação de vulnerabilidade social, com isto, a Secretaria acredita que o programa pode despertar o interesse neste jovem a retomar seus estudos, o que, segundo ela, não deve ser comparado à um programa de política pública do governo Bolsonaro. Isabel Gomide, aproveitando o ensejo, pede para que Flávia Piana também se manifeste sobre as cartas do fórum técnico enviadas ao Secretário e acrescenta que a criação de um programa onde o jovem irá trabalhar, ganhar uma bolsa de um valor considerável sem a obrigação de estar estudando, a convidada diz não entender onde isso pode chegar. Continua dizendo que acarretará na formação e utilização de mão de obra desqualificada nos equipamentos da Secretaria, sem que haja estrutura para isso. Sem estudo, não há possibilidade de formação de mão de obra técnica e sem a previsão de obrigatoriedade que estes jovens estejam estudando, é previsível que não haja o retorno às salas de aula. Flávia Piana diz que buscará as informações sobre as respostas das cartas mencionadas, que teriam sido confeccionadas as respostas mas não sabe o motivo de não terem sido enviadas. O Conselheiro Álvaro

Maciel diz ter pedido inscrição. Roberta Canêjo confirma a solicitação e pede que o Conselheiro seja breve, tendo em vista a duração do encontro. Álvaro Maciel diz que dará seus contatos aos representantes do fórum da zona oeste para que possa ser realizada uma conversa, dizendo que o momento é especial e que pode estar sendo dito que a criação do fórum está embasada na lei, mas às vezes o que está escrito pode permitir várias interpretações. Dito isto, diz que é necessário manter o diálogo com este fórum da sociedade civil, embora os fóruns previstos nas leis nacional e estadual de cultura não estejam funcionando em conformidade com a legislação, por conta das dificuldades que foram apresentadas neste encontro. O Conselheiro diz que, geralmente, quando as leis nacionais e estaduais são aplicadas no município, podem ter uma regulamentação municipal, que ainda não foi feita. Acrescenta que é legal existirem os fóruns livres, mas estes fóruns não podem inibir a vontade dos moradores da zona oeste de se inscrever individualmente, ou seja, não pode obrigar que as inscrições para participação nas Pré-Conferências, Conferências e outros debates ocorram exclusivamente em determinados fóruns, uma vez que o artista pode ser de sindicato, companhia, grupo cultural, coletivo ou individual. O Conselheiro diz que a individualidade, para a arte, é sagrada e legítima, tendo a Secretaria e o Conselho que respeitá-la. Álvaro Maciel se coloca a disposição ao diálogo para esta conversa, visto a necessidade de ter foco neste momento para conclusão de outros assuntos importantes e que teme que o debate da existência dos fóruns seja considerada mais relevante que a definição da lei e funcionamento do sistema de cultura da cidade. O Conselheiro entende que o assunto também é importante mas que a compreensão coletiva e a definição desta pauta pode ser realizada através do diálogo seguindo o que está previsto na legislação. Encerrada a fala do Conselheiro Álvaro Maciel, a palavra foi dada à Bianca Toledo, representante da Comissão de Cultura na Câmara. Bianca Toledo diz que será objetiva pois já foi contemplada na fala do Conselheiro Álvaro Maciel e pede para que os representantes da Secretaria possam prestar um esclarecimento, prezando pela organização da sociedade civil e a fim de evitar interpretações diversas sobre o que é previsto na legislação, sobre a formação dos fóruns territoriais. A Secretária Executiva passa a palavra à Elizabeth Manja para que, em seguida, seja prestado esclarecimento por parte da Secretaria. Elizabeth Manja cumprimenta os presentes e justifica seu problema de voz por conta do recente quadro de covid mas entendendo a importância do

Conselho e do momento vivido, fez questão de estar presente para dar a sugestão à Secretaria de realizar uma convocatória para todos os Conselheiros deste mandato estivessem presentes e atuantes nas reuniões do Conselho, afinal de contas muitos Conselheiros participaram de processos fundamentais. A convidada parabeniza o trabalho dos Conselheiros e estima que a renovação do grupo mantenha o perfil e empenho daqueles que assumirão as cadeiras neste próximo período. Kátia Pires pede a palavra e diz que todos os Conselheiros estão no grupo de whatsapp do fórum de cultura da zona oeste, que a existência do trabalho já ocorre desde dois mil e quinze e a discussão dos fóruns, em dois mil e dezesseis surgiu o grupo do fórum onde os Conselheiros teriam sido adicionados e depois, pelos mais diversos motivos, saíram e, acompanhando algumas caminhadas do grupo, só se identifica um mapeamento que teria sido realizado na zona oeste. A Conselheira diz ter sido convidada por outra Conselheira a reingressar no grupo de whatsapp, onde todos os integrantes são administradores. O grupo conquistou uma audiência pública com a Comissão de Cultura, em maio do ano passado, e de lá houve um acompanhamento das assembleias, junto com outra Conselheira, tendo solicitado que, em função da pandemia, ocorresse de forma itinerante. E completa dizendo que todo esse processo, que já vinha sendo construído, gerou a construção do regimento, a carta de apoio e outros materiais e que os trabalhos não é de desconhecimento do conselho, visto as divulgações realizadas nas mídias sociais, o fato das reuniões ocorrerem sempre de forma aberta para aqueles que querem participar. A Conselheira diz que espera que a sociedade civil, a zona oeste, a AP 5 esteja acompanhando e se faça representar na próxima gestão do Conselho, da forma que desejar, tendo ou não tendo que ir aqui ou ali e que isso seja delegado. A Conselheira encerra sua fala agradecendo o momento de fala. Roberta Canêjo agradece as contribuições e passa a palavra para Flávia Piana para conclusão dos trabalhos. Flávia diz que será bem sucinta sobre a questão dos fóruns. Diz que a Secretaria entende como válida a criação dos fóruns pela sociedade civil, que atende e dialoga com todos, porém, sobre a questão do conceito dos fóruns territoriais na lei do sistema e no regimento, acredita que cabe um aprofundamento por parte do conselho, uma vez que os fóruns são instâncias de deliberação, assessoramento e consulta do conselho e não da Secretaria, ou seja, extrapolam o âmbito da Secretaria.

Com isso, acredita que os fóruns de debate sobre se serão ou não aceitos os fóruns existentes para termo de conferência deverá ser um debate do conselho e não é a Secretaria quem deve dizer isso. Continua sua fala dizendo que o próprio regimento prevê que os fóruns sejam registrados na Secretaria Executiva do Conselho, o que, por hora, não existe, não há registro destes fóruns. Flávia diz acreditar que estejam partindo do zero, porém, com embasamento na lei do regimento para tratar destes fóruns de uma maneira bem madura e aprofundada dentro do próprio conselho. Não sendo a Secretaria quem validará ou não, na pré-conferência, o conselho deve chegar nesta conclusão e completa dizendo ser necessário ficar atento ao conceito que a lei traz. Após a fala da Flávia, Bianca diz ser louvável a organização e participação dos fóruns na conferência, mas a questão é a exigência que o candidato seja vinculado a algum espaço, como isso não tem previsão legal e como é a Secretaria junto do Conselho que puxa a conferência, acredita que caiba um esclarecimento jurídico, por conta da confusão gerada entre autonomia da sociedade civil para ser organizar e participação na eleição. Desta forma não deixaria brecha para ruídos e a Secretaria, enquanto promotora da Conferência, poderia esclarecer a Sociedade Civil. Flávia completa dizendo que cabe fazer um estudo e na próxima reunião traria tal resposta. Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada às doze horas cinquenta minutos. Eu, Roberta Canêjo, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente, a Vice-presidente e os Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.